

Comissão de Cogestão
Parque Natural da Ria Formosa

Plano de atividades e orçamento para 2022



Novembro 2022

Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
2. MODELO ORGANIZACIONAL	5
2.1. Competências.....	5
2.2. Composição atual.....	6
3. ENQUADRAMENTO GERAL.....	8
3.1. Descrição sumária	9
3.2. Principais Atributos do PNRF.....	10
4. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO	19
ANEXO Atividades a desenvolver pelas entidades que integram a Comissão de Cogestão do PNRF no ano de 2022	21

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Na prossecução da política ambiental as áreas protegidas constituem a infraestrutura indispensável para a concretização dos propósitos da conservação da natureza, tendo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, a missão de assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais neste domínio.

O carácter humanizado de todo o território nacional é também uma marca das Áreas Protegidas (AP), aqui com a particularidade de se terem construído equilíbrios harmoniosos entre as atividades humanas e a natureza, equilíbrios esses que sustentam os ecossistemas e, para isso, requerem a presença de pessoas e das suas atividades. Ao mesmo tempo, assiste-se a um aumento da sua procura para atividades de lazer, a qual é cada vez mais exigente e respeitadora dos valores distintivos e genuínos que as áreas protegidas são capazes de oferecer. Reconhece-se hoje que as áreas protegidas são alvo de uma procura crescente por diferentes grupos de interesse, designadamente pelas pessoas que pretendem uma experiência autêntica de contacto com a natureza.

Valorizar a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), como uma rede coerente e consistente, não pode ignorar que a gestão particular de cada área protegida encerra especificidades próprias decorrentes dos seus valores naturais, nas dimensões política, territorial, cultural, social e económica da sua sustentabilidade, para as quais as entidades que estão no território detêm, reconhecidamente, uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e conhecimento do território lhes confere. Os municípios assumem assim um papel de destaque enquanto entidades com especial relevância na gestão do território.

O Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, concretiza, nos termos da alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, um modelo de cogestão nas áreas protegidas de âmbito nacional, com expressa intervenção dos municípios, tendo por objetivos:

- a) Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- b) Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I. P., os municípios e demais entidades públicas competentes;

c) Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.

O modelo de cogestão pressupõe a criação de uma Comissão de Cogestão (CCog) a qual envolve a participação dos municípios e das entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da respetiva área protegida. A CCog do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF), nomeada através do Despacho n.º 12097/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de dezembro, é composta pelo Presidente da Câmara de Faro, que preside, um representante do ICNF, um representante da Universidade do Algarve, um representante das organizações não-governamentais de ambiente proposto pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, um representante da Direção Regional de Agricultura, um representante do Instituto Português do Mar e da Atmosfera e um representante da Região de Turismo do Algarve.

Com o enquadramento dado pelo n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, deliberou o Conselho Intermunicipal, que os respetivos municípios solicitassem a adoção do modelo de cogestão, e delegassem na AMAL as funções de cogestão que lhes são cometidas por esta legislação.

A 7 de maio de 2021 foi assinado um protocolo de cooperação técnica e financeira, por um período de 3 anos, entre o Fundo Ambiental, a CI-AMAL e o ICNF, I. P., através do qual é garantido o apoio técnico e operacional, dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do modelo de cogestão do Parque Natural da Ria Formosa.

2. MODELO ORGANIZACIONAL

A Comissão de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa é um órgão próprio do modelo de cogestão, que funciona junto da área protegida, com funções de natureza operativa. A duração do mandato da comissão de cogestão é quatro anos, tendo a nomeação ocorrido a 13 de dezembro de 2021 por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da conservação da natureza e do ensino superior (Despacho n.º 12097/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série).

2.1. Competências

Compete à Comissão:

- a) Garantir que a cogestão da área protegida é desenvolvida no respeito pelo dever de zelo da salvaguarda dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da área protegida;
- b) Contribuir para o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes, incorporando inovação e criatividade;
- c) Viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida;
- d) Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e das administrações central e local, para o desenvolvimento integrado da área protegida, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos;
- e) Estimular parcerias com promotores, empresas, centros de investigação, instituições de formação e municípios, destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à agro-silvo-pastorícia, à exploração sustentável dos recursos naturais, à cultura e ao turismo de natureza;
- f) Promover o debate sobre as atividades e ações que ocorrem na área protegida e estimular as boas práticas de gestão para o seu uso e aproveitamento sustentáveis;
- g) Prestar a informação necessária para assegurar a coerência e a complementaridade entre os diversos organismos e entidades, com vista ao desenvolvimento sustentável e integrado da área protegida;
- h) Comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de preservar e valorizar;
- i) Elaborar e aprovar os instrumentos de gestão, após parecer do Conselho Estratégico;

- j) Executar os instrumentos de gestão;
- k) Consultar o Conselho Estratégico sobre assuntos de interesse para a valorização da área protegida;
- l) Identificar os instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida e apoiar os potenciais beneficiários para acesso a essas mesmas linhas;
- m) Acompanhar a elaboração, alteração ou revisão do programa especial da área protegida;
- n) Elaborar e aprovar o regulamento interno necessário ao seu bom desempenho;
- o) Divulgar e garantir o conhecimento, a todo o tempo, pelo público em geral, da informação relevante produzida no âmbito da cogestão, incluindo informação relativa aos instrumentos de financiamento;
- p) A Comissão pode a todo o momento, e sempre que o considerar pertinente, determinar a constituição de grupos de trabalho específicos para o desenvolvimento e acompanhamento da execução de medidas e ações referentes a um determinado setor de atividade.

2.2. Composição atual

Nos termos do disposto no Despacho n.º 12612/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 250, de 28 de dezembro de 2020, a Comissão é constituída e integra os representantes nomeados pelas entidades representadas.

Tabela I - membros efetivos e suplentes que integram a CCog.

Representantes na Comissão de Cogestão	
AMAL/Câmara Municipal de Faro	Rogério Bacalhau (preside)
AMAL/Câmara Municipal de Olhão	António Pina (substitui)
ICNF	Castelão Rodrigues (efetivo)
	Luís Ferreira (suplente)
CPADA	Cláudia Sil (efetivo)
	Marta Sofia Pisco Tirano (suplente)
Universidade do Algarve	Rui Santos (efetivo)
Direção Regional de Agricultura do Algarve	Miguel Mota e Costa (efetivo)
IPMA	Margarida Almodôvar (efetivo)
	Domitília Matias (suplente)
Região de Turismo do Algarve	Ema Mendonça (efetivo)

Conforme definido pelo art 10.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, a CCog é coadjuvada por uma estrutura de apoio constituída por técnicos indicados para o efeito pelas entidades nela representadas, e coordenada pelo responsável que o ICNF, I.P. designe para o efeito, o qual desempenha esta função a tempo integral.

Tabela II - membros da estrutura de apoio.

Representantes na Estrutura de Apoio da Comissão de Cogestão	
AMAL	Susana Marreiros
AMAL/Câmara Municipal de Faro	Filipe Cunha
ICNF	Luís Ferreira
	Ana Xavier
CPADA	Cláudia Sil
Universidade do Algarve	<i>Sem membro definido</i>
Direção Regional de Agricultura do Algarve	Raquel Monteiro
IPMA	<i>Sem membro definido</i>
Região de Turismo do Algarve	Ema Mendonça

3. ENQUADRAMENTO GERAL

Localizado no Sul de Portugal, o PNRF é uma Área Protegida especialmente importante devido à sua riqueza biológica, nomeadamente no que respeita à avifauna. O seu território estende-se por uma área aproximada de 18 000 ha, ao longo de 60 Km de costa, entre a península de Ancão e a Manta Rota, abrangendo parcialmente os concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António.

O Parque, com uma configuração sensivelmente triangular, cujo vértice Sul corresponde ao Cabo de Santa Maria (ponto mais meridional de Portugal Continental), ocupa a extensa área lagunar delimitada pelas penínsulas de Ancão, a oeste e de Cacela, a este, entre as latitudes de 36°95'87'' N e 37°17'53'' N e as longitudes de -8°04'97'' W e -7°51'69'' W. Ultrapassando, a norte, apenas numa pequena faixa, a Estrada Nacional 125, a sul é delimitado pelo oceano Atlântico, que por sua vez banha uma barreira de ilhas estreitas e arenosas que se desenvolvem mais ou menos em sentido paralelo à linha de costa: Barreta, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas. Estas ilhas barreira são separadas por barras de maré com localização e dimensões variáveis ao longo do tempo. Na sua periferia imediata situam-se a maioria dos núcleos populacionais do sotavento algarvio, como é o caso das cidades de Faro, Olhão e Tavira.



Figura 1 - Localização geográfica do PNRF

A criação da Reserva Natural da Ria Formosa em 1978 (Decreto n.º 45/78, de 2 de maio) teve por objetivo proteger do crescimento urbano e turístico a zona lagunar, dado o seu grande valor ecológico, científico, económico e social, bem como defender de outros usos os bons solos agrícolas circundantes.

Em 1987 é reclassificada como Parque Natural (Decreto-Lei n.º 373/87, de 9 de dezembro), visando os seguintes fins:

- a preservação e defesa do sistema lagunar,
- a proteção da fauna e flora e respetivos habitats,
- o uso ordenado do território e dos seus recursos naturais por forma a assegurar a sua continuidade,
- a promoção das atividades económicas compatíveis com a utilização racional dos recursos naturais;
- o ordenamento e a disciplina das atividades recreativas, por forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.

Decorridos mais de 40 anos sobre a classificação nacional da área, outros estatutos de proteção internacional se lhe juntaram, sendo os mais relevantes o de *Zona húmida de importância internacional*, atribuído em 1981 pela Convenção de Ramsar, e a sua integração na rede europeia de conservação da natureza, Rede Natura 2000, como *Zona de Proteção Especial para aves selvagens* (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro) e *Zona Especial de Conservação* (DR n.º 1/2020 de 16 de março), enquanto *habitat* natural de flora e fauna.

Para além destes estatutos de proteção legais, esta área foi também inserida na lista de Áreas Importantes para as Aves (IBA) e na Rede de Biótopos CORINE.

3.1. Descrição sumária

A Ria Formosa é a maior zona húmida do sul de Portugal. A sua elevada produtividade biológica e a variedade de *habitats* existentes fazem dela uma área fundamental para a fauna aquática, especialmente para a avifauna e para muitas espécies de peixes, de moluscos e de crustáceos.

A maior parte da área do PNRF (11.000 ha) corresponde ao sistema lagunar da Ria Formosa. Constituído por uma lagoa costeira permanentemente ligada ao mar através de um sistema de seis barras de maré, sofre uma forte influência das marés que asseguram a renovação da maior parte da água a cada ciclo tidal. O interior do espaço lagunar caracteriza-se por um intrincado sistema de canais, sapais, e rasos de maré que caracterizam a área e lhe conferem um elevado valor biológico.

O PNRF apresenta ainda uma faixa terrestre continental (7.000 ha), constituída maioritariamente por aglomerados urbanos, pinhais e zonas agrícolas. A Ria Formosa foi sempre fundamental para a subsistência das populações ribeirinhas, sendo a pesca, a

mariscagem e a exploração de sal atividades milenares. A estas atividades vieram juntar-se, em meados do século XX, a aquacultura e o turismo.

Hoje, tal como ontem, a Ria Formosa continua a ter grande significado económico, sendo um recurso fundamental para a população residente que tem a sua atividade económica diretamente ligada à ria.

Pressões /ameaças sobre os habitats

Ocorrem sobre o PNRF um conjunto variado de pressões, que se traduzem na degradação dos ecossistemas e dos serviços por eles prestados. Estas decorrem principalmente de fatores de ordem antropogénica, sobretudo relacionados com a elevada pressão dos usos e atividades humanas sobre um território com relevante valor natural. Traduzem-se em situações de destruição/fragmentação e perturbação de habitats, alteração ou destruição das comunidades existentes, aumento da poluição, alteração da qualidade da massa de água e esgotamento de recursos naturais.

3. 2. Principais Atributos do PNRF

3.2.1. Habitats mais importantes

Dunas

As ilhas-barreira da Ria Formosa desenvolvem-se paralelamente à "terra firme", protegendo-a dos avanços do mar. Contudo, são muito frágeis e estão sujeitas aos caprichos de ventos e marés que as fazem migrar de oeste para este e para o continente.

Os cordões dunares sofrem grande dinamismo biológico e geológico dependendo o seu equilíbrio, em grande parte, da existência de vegetação que permita a fixação da areia. O pisoteio e as construções debilitam o cordão dunar, fragilizando a sua existência.

A vegetação dunar é composta por espécies que desenvolveram uma grande capacidade de resistência ao vento, à salinidade, à luminosidade, à amplitude térmica excessiva e ao soterramento. De entre as plantas presentes - quase meia centena de espécies - destacam-se o estorno (*Ammophila arenaria*), os cordeirinhos-da-praia (*Otanthus maritimus*), o narciso-das-areias (*Pancratium maritimum*), a couve-marítima (*Calystegia soldanella*), a morganheira (*Euphorbia paralias*) e o cardo-marítimo (*Eryngium maritimum*), plantas muito resistentes ao soterramento e com papel primordial na estabilização da duna primária.

Na duna primária, durante a primavera e verão, encontramos ninhos de chilreta (*Sternula albifrons*) e de borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*). Na zona interior da duna nidificam o alcaravão (*Burhinus oedicephalus*), pequenos passeriformes e gaivotas, com destaque para a gaivota-de-audouin (*Larus audouinii*) dada a sua raridade.

Sapal

O sapal, coberto e descoberto ao sabor das marés, é universo de plantas tolerantes a elevados graus de salinidade e a grandes períodos de imersão.

Os sapais, através do fluxo e refluxo da maré, são constantemente alimentados em nutrientes, sendo dos sistemas mais produtivos da biosfera. São, por isso, fundamentais à reprodução e alimentação das aves aquáticas, sobretudo as limícolas, e de numerosas espécies de peixes, moluscos e crustáceos, com destaque para o caranguejo-violinista (*Uca tangeri*), observável nas zonas marginais da vasa.

A colonização do sapal é feita pela morraça (*Spartina marítima*), uma gramínea que suporta longos períodos de submersão, onde forma “prados” de cor verde-escura que constituem o baixo sapal ou parchal.

À medida que passamos para o sapal médio e alto surgem *Arthrocnemum macrostachyum*, salicórnica (*Salicornia ramosissima*), barrilha (*Suaeda vera*) e salgadeira (*Atriplex halimus*), *Limonium algarvense* (endemismo algarvio), salgado (*Limoniastrum monopetalum*) e *Salsola vermiculata*. Parasitando estas lenhosas a *Cistanche phelypaea*, com as suas bonitas flores de um tom amarelo intenso.

No sapal alto, com porte arbustivo e raramente inundável, reproduzem-se aves como o colhereiro (*Platalea leucorodia*), as garças branca-pequena (*Egretta garzetta*) e a boieira (*Bubulcus ibis*) e patos como a tadorna (*Tadorna tadorna*) e o pato-real (*Anas platyrhynchos*).

Sapal Baixo

O aparecimento de vastas áreas de vasa com sedimentos muito finos ricos em matéria orgânica resulta das condições de fraco dinamismo existente em muitos dos canais da Ria Formosa. Estes sedimentos, ou lodos, situam-se em níveis inferiores ao sapal. A única planta vascular presente é a sebarinha (*Zostera noltii*), erva marinha tolerante à emersão e que forma prados que podem cobrir extensas áreas na zona intertidal.

Na vasa existem grandes quantidades de invertebrados (anelídeos, moluscos crustáceos...) pelo que as aves, especialmente as limícolas, são atraídas para estes locais durante a baixa-mar. Estas aves apresentam adaptações especiais nos seus bicos e patas explorando o lodo a diferentes profundidades, consoante o comprimento do seu bico e a altura das suas patas. A rola-do-mar (*Arenaria interpres*) e o pilrito-comum (*Calidris alpina*) (bicos e patas curtas) alimentam-se de organismos que vivem à superfície da vasa, completamente descoberta pela maré. O maçarico-real (*Numenius arquata*) e o milherango (*Limosa limosa*) (bicos longos e pernas altas) capturam os organismos que vivem enterrados no lodo como os poliquetas, podendo alimentar-se em planos de água de pouca profundidade.

Durante a maré alta estes locais são também excelentes zonas de alimentação para muitas espécies de peixes, como os sargos (*Diplodus sargus*), douradas (*Sparus aurata*), xarrocós (*Halobatrachus didactylus*), entre outros.

Pradarias Marinhas

Na continuidade do sapal, na maré baixa, ficam a descoberto lodaçais e areais ocupados pela erva marinha *Zostera noltei*, vulgo sebarrinha. Este habitat alberga importantes povoamentos de invertebrados (moluscos, anelídeos, crustáceos, cefalópodes) e vertebrados (peixes).

Em águas mais profundas, permanentemente submersas, outras ervas marinhas também formam pradarias, são a *Zostera marina* e a *Cymodocea nodosa*, vulgo sebas.

As pradarias marinhas têm grande relevância biológica e ambiental, pois são locais de suporte à biodiversidade (desova, maternidade, refúgio), de alimentação, de eliminação-reciclagem de resíduos (imobilização de metais pesados) e de captação de carbono da atmosfera (mitigação das alterações climáticas).

Este importante habitat tem vindo a regredir na Ria Formosa devido às atividades humanas, sendo as de maior impacto a ancoragem de embarcações, a instalação de viveiros de amêijoas e ostras, e a poluição, incluindo plásticos e esgotos.

As pradarias marinhas da Ria Formosa são habitat de uma importante comunidade de cavalos-marinhos – cavalo-marinho-comum (*Hippocampus hippocampus*) e cavalo-marinho-de-focinho-comprido (*Hippocampus guttulatus*) – que já foi a maior do mundo. Os efetivos destas populações têm vindo a diminuir drasticamente devido sobretudo à apanha ilegal, perda de habitat e perturbação pelo tráfego de embarcações.

Subtidal

Na Ria Formosa a área subtidal corresponde a bancos de areia permanentemente cobertos de água do mar pouco profunda, que podem ou não ser ocupados por vegetação vascular. Apesar da importância das pradarias marinhas, a restante área é também essencial para o suporte de povoamentos importantes de bivalves e equinodermes e de uma diversidade muito grande de peixes, crustáceos e cefalópodes, como os chocos (*Sepia officinalis*) e os polvos (*Octopus vulgaris*) que, a par de outras espécies, se camuflam, confundindo-se com o solo arenoso.

Várias espécies de peixes bentónicas podem ser encontradas sobre o substrato, tais como os cabozes (caboz-negro *Gobius niger*, caboz-comum *Pomatoschistus microps*, caboz-da-areia *Pomatoschistus minutus*), os cavalos-marinhos *Hippocampus guttulatus* e *Hippocampus hippocampus* e as marinhas *Syngnathus acus* e *Syngnathus typhle*.

Menos comuns são a raia *Raja* sp., o ruivo *Chelidonichthys lucerna* ou o peixe-aranha *Echiichthys vipera*. Entre os crustáceos, a camarinha *Palaemonetes varians* e os casa-alugada *Pagurus* sp. são as espécies mais comuns. Também podemos encontrar equinodermes como os ouriços *Sphaerechinus granularis*, as estrelas-do-mar *Astropecten aranciacus* e os pepinos-do-mar *Holothuria tubulosa*, que desempenham um papel crucial na reciclagem de nutrientes da base da cadeia alimentar.

Na coluna de água, encontram-se os sargos (*Diplodus sargus*, *D. annularis*, *D. vulgaris*), as bogas *Boops boops*, as choupas *Spondylisoma cantharus*, os rascassos *Scorpaena* spp., as

salemas *Sarpa salpa*, as sardinhas *Sardina pilchardus*, os robalos *Dicentrarchus labrax*, os salmonetes *Mullus surmuletus*, as tainhas (*Chelon labrosus*, *Liza aurata*) e as enguias *Anguilla anguilla*.

As aves que frequentam estas nas zonas pouco profundas para a “pesca”, são o corvo-marinho (*Phalacrocorax carbo*), o colhereiro (*Platalea leucorodia*) e a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*).

Salinas

As salinas da Ria Formosa, conquistadas ao sapal para produção de sal marinho, não sendo um habitat natural são, contudo, de grande importância para muitas aves.

Para as limícolas em passagem migratória, que permanecem só o tempo necessário para acumularem energia, as salinas são espaços de alimentação opcional durante a maré cheia e no final do dia locais de repouso. Assim, durante as migrações podem-se encontrar grandes grupos mistos de aves a descansar nos muros e nos tanques das salinas: pilrito-comum (*Calidris alpina*), pilrito-pequeno (*Calidris minuta*), pilrito-das-praias (*Calidris alba*), milherango (*Limosa limosa*). Com frequência consegue-se observar o borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), a tarambola-cinzenta (*Pluvialis squatarola*), o perna-vermelha (*Tringa totanus*) e o perna-verde (*Tringa nebularia*).

São ainda excelentes locais de nidificação para outras espécies limícolas, algumas em exclusivo, como é caso do pernilongo (*Himantopus himantopus*) e do alfaiate. Outras espécies que também podemos encontrar a nidificar nas salinas são as chilretas (*Sternula albifrons*) e os borrelhos-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*). Estas aves constroem os ninhos nos muros ou combros que separam os tanques, ficando assim bastante vulneráveis à perturbação e predação por animais vadios e pessoas em atividades de lazer.

Também os flamingos (*Phoenicopterus roseus*) são observáveis nas salinas ao longo de todo o ano, podendo formar bandos com várias centenas de indivíduos.

Pinhais e Matos Litorais

Na área terrestre continental densamente ocupada - vilas, cidades, explorações agrícolas - em zonas de dunas costeiras, terciárias ou paleodunas (dunas fósseis), restam ainda pinhais mistos de pinheiro-bravo *Pinus pinaster* e pinheiro-manso *Pinus pinea*. O subcoberto é constituído por vegetação arbustiva, espontânea, própria de etapas mais avançadas de bosques e matagais dominados por matos de tojo, urzes, sargaços e carrascos. Os matos, apesar de degradados devido à constante pressão e usos, apresentam um valor ambiental excepcional do ponto de vista florístico albergando grande variedade de espécies com estatuto especial de conservação e alguns endemismos. É assim *habitat* prioritário da Rede Natura sob a designação “*Dunas com florestas de *Pinus pinea* ou *Pinus pinaster* subsp. *atlantica*”.

Aí, é possível observar alguns exemplares espontâneos do antigo bosque “primitivo” do sobreiral termomediterrâneo, sobreiro *Quercus suber* e zambujeiro *Olea europea* var. *sylvestris*, medronheiro *Arbutus unedo*, palmeira-anã ou das vassouras *Chamaerops humilis*, murta *Myrtus communis*, tojais com *Ulex argenteus* subsp. *subsericeus* (endemismo ibérico) e diversas outras ericáceas como a *Erica umbellata* e a torga *Calluna vulgaris*. Na primavera, estes matos enchem-se de cor, deliciando o olhar, pela ocorrência de uma grande variedade de arbustos de flores brancas como o *Cistus libanotis* (endemismo ibérico), a esteva *Cistus ladanifer*, de flores rosa como a roselha *Cistus crispus*, de flores amarelas como a sargacinha *Halimium calycinum*, a sargaça *Halimium halimifolium*, o tojo-do-Sul *Genista hirsuta*, o tojo-molar *Genista triacanthos*, o tojo-gatum *Stauracanthus boivinii* e o alcar-do-algarve *Tuberaria major* - endemismo algarvio, prioritário para conservação. As plantas aromáticas e medicinais salpicam toda a área espalhando cor e perfume, observando-se o rosmaninho-maior *Lavandula pedunculata* subsp. *lusitanica* e rosmaninho *Lavandula stoechas*, diversas espécies de tomilhos como o vulnerável tomilho-alvadio *Thymus albicans*, a erva-ursa ou tomilho-cabeçudo *Thymus lotocephalus* - endemismo algarvio, prioritário para a conservação, o tomilho-de-Creta *Thymbra capitata* e a bela-luz *Thymus mastichina*.

O interesse destes pinhais e matos mediterrânicos não se esgota na sua flora. Eles proporcionam, entre outros serviços, a retenção de solo, infiltração de água das chuvas e são refúgio para muitas espécies de fauna. A rola-turca *Streptopelia decaocto* será a de observação mais fácil. O charneco *Cyanopica cooki* e gaios *Garrulus glandarius* voam em bandos ruidosos, por entre as árvores, enquanto o chapim-real *Parus major* e chapim-de-poupa *Lophophanes cristatus*, toutinegra-dos-valados *Sylvia melanocephala*, felosas *Phylloscopus collybita* e outras insetívoras esvoaçam entre os arbustos. A poupa *Upupa epops* aparece em maior número na época de desenvolvimento de insetos como é o caso da processionária do pinheiro.

De entre os répteis, salientam-se a lagartixa-do-mato-comum *Psammodromus algirus*, a cobra-rateira *Malpolon monspessulanus* e o carismático camaleão *Chamaeleo chamaelon*, cuja distribuição em Portugal está confinada ao litoral do Algarve. Nos mamíferos existentes podem-se destacar o sacarabos *Herpestes ichneumon*, a geneta *Genetta genetta*, a fuinha *Martes foina*, o texugo *Meles meles*, a raposa *Vulpes vulpes* e os ouriços-cacheiros *Erinaceus europaeus*.

3.2.2. Biodiversidade

Aves

A Ria Formosa tem uma importância decisiva para as aves pois é zona de descanso para aves migradoras, local de invernada para um número considerável de aves aquáticas e habitat de espécies únicas ou raras no nosso país.

Anatídeos como a piadeira (*Anas penelope*), a marrequinha (*Anas crecca*), o arrabio (*Anas acuta*) e o zarro *Aythya ferina*; limícolas como o pilrito comum (*Calidris alpina*), o fuselo (*Limosa lapponica*), o maçarico-real (*Numenius arquata*) e a seixoeira (*Calidris canutus*); espécies pouco comuns em Portugal como a chilreta (*Sternula albifrons*), o garajau-grande (*Hydroprogne caspia*), a gaivota-de-cabeça-preta (*Ichthyaetus melanocephalus*), a gaivota-de-audouin (*Larus audouinii*) e a galinha-sultana (*Porphyrio porphyrio*), são alguns dos muitos habitantes permanentes ou ocasionais de um vasto sistema lagunar de que dependem para a sua sobrevivência, mas ao qual emprestam em troca a sua quota-parte no funcionamento das cadeias alimentares e a sua graciosidade, reforçando ainda mais a ideia de vida que à Ria se encontra associada.

Migrações

A Ria Formosa é o último ponto de paragem de inúmeras aves antes de iniciarem a travessia do oceano em direção a África, ao longo da Rota Migratória do Atlântico Leste. É a sua última zona de abrigo e de restabelecimento de energia antes da grande viagem.

As limícolas são o grupo mais representativo, com milhares de indivíduos em passagem. De setembro a outubro é comum encontrar grandes bandos destas aves – maçaricos (*Numenius arquata*, *Numenius phaeopus*, *Limosa limosa*, *Limosa lapponica*, *Tringa totanus*, *Calidris canutus*), pilritos (*Calidris alpina*, *Calidris alba*), ostraceiros (*Haematopus ostralegus*), borrelhos (*Charadrius hiaticula*), tarambolas (*Pluvialis squatarola*), rolas-do-mar (*Arenaria interpres*) –, em descanso ou em alimentação, pelos lodos, canais e regatos da laguna ou sobre a vegetação de sapal, nunca esquecendo as salinas, onde se refugiam durante a subida das marés.

Nesta época chegam as invernantes: colhereiros (*Platalea leucorodia*), flamingos (*Phoenicopterus roseus*), patos (*Anas clypeata*, *Anas strepera*, *Anas acuta*, *Anas penelope*, *Anas crecca*, *Anas querquedula*, *Aythya ferina*, *Tadorna tadorna*), e mergulhões (*Tachybaptus ruficollis*, *Podiceps cristatus*), entre outros. As aves de rapina são pouco frequentes, mas durante as épocas de migração e no inverno encontram-se a caçar a águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), tartaranhões como o tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*) e o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*); a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) e vários falcões como o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) e o peneireiro-vulgar (*Falco tinnunculus*). E também rapinas noturnas como a coruja-do-nabal (*Asio flammeus*), a coruja-das-torres (*Tyto alba*) e a coruja-do-mato (*Strix aluco*).

Peixes, moluscos e crustáceos

É de salientar a importância da Ria no ciclo de vida de numerosas espécies de peixes, moluscos e crustáceos, principalmente como zona de reprodução e alimentação. As comunidades bênticas, com composição variando desde as espécies nitidamente marinhas a outras próprias do sistema lagunar, apresentam populações extremamente numerosas, algumas das quais de interesse económico, caso da amêijoia-boia (*Ruditapes decussatus*), do

berbigão (*Cerastoderma edule*) e do lingueirão (*Solen marginatus*). Da ictiofauna estão identificadas 65 espécies, que se dividem em sedentárias, ocasionais e as migradoras-colonizadoras; sendo de entre estas, as de maior interesse económico a dourada (*Sparus aurata*), o sargo (*Diplodus sargus*), o robalo (*Dicentrarchus labrax*), o linguado (*Solea vulgaris*) e a enguia (*Anguilla anguilla*).

3.2.3. O Homem e a Ria. No passado e no presente

O património cultural existente no Parque é de grande interesse, quer se tratem de conjuntos ou sítios históricos, construções isoladas, aldeamentos piscatórios ou rurais e outras manifestações complementares, como o artesanato, a gastronomia, as crenças e tradições.

Os vestígios arqueológicos dos diversos povos que na zona se estabeleceram desde o paleolítico e mais tarde os fenícios, gregos, romanos e árabes, exprimem raízes culturais milenares.

A presença romana marcou profundamente o território. Disso são exemplo a antiga cidade da Balsa, localizada na freguesia da Luz ou a estação arqueológica de Marim, antiga villa reveladora de intensa atividade piscatória, industrial e comercial.

A ocupação islâmica revela-se nos aglomerados populacionais, na tipologia das habitações, na toponímia, nas hortas e pomares de citrinos, nas alfaias e nos muitos vestígios arqueológicos.

Mas no Parque podemos descobrir outras riquezas patrimoniais que conseguiram resistir à ação do tempo e à destruição provocada pela ação humana. As marcas deixadas são muitas e variadas, desde as torres de vigia e atalaias (Torre d'Aires e de Bias), fortalezas ao longo da Ria para defesa costeira (São João da Barra, Cacela, Forte do Rato), casas apalaçadas como o Chalet Dr. João Lúcio, quintas rurais, capelas, ermidas, igrejas, moinhos de maré, noras, entre outros.

Salicultura

As salinas da Ria Formosa estendem-se por uma vasta área entre Loulé e Tavira e são responsáveis por cerca de metade da produção nacional de sal marinho.

Embora talhadas sobre o sapal e à custa deste, as salinas são um habitat humanizado com interesse para a conservação da natureza, proporcionando refúgio, alimento e locais de nidificação para a avifauna, sendo a salicultura um exemplo de exploração sustentável dos recursos naturais.

O sal, essencial na alimentação humana, já era produzido na Ria Formosa pelos povos pré-romanos, que o usavam para a conservação do pescado ou em preparados de peixe que eram exportados para todo o Mediterrâneo, armazenados em ânforas.

Pesca

A Ria Formosa contribui significativamente para manutenção dos bancos pesqueiros oceânicos, na medida em que muitas espécies capturadas na costa desenvolvem-se, nas fases iniciais da sua vida, neste sistema lagunar, como os robalos, os sargos e as douradas.

Sendo a Ria Formosa um refúgio para as espécies piscícolas em perigo (como os cavalos-marinhos) e maternidade para muitas outras espécies, a pesca dentro da Ria está limitada por regulamento próprio. O Regulamento da Pesca na Ria Formosa (Portaria n.º 560/90, de 19 de julho) veio proibir várias artes de pesca que eram usadas dentro da Ria, por serem lesivas para a sustentabilidade das espécies.

Mariscagem

Nos bancos naturais da Ria Formosa recolhem-se amêijoas (*Ruditapes decussatus*, *Venerupis rhomboides*, *Spisula solida*), lingueirão (*Solen marginatus*), berbigão (*Cerastoderma edule*), ostras (*Ostrea edulis*, *Crassostrea angulata*) e alguns crustáceos, como camarão (*Palaemon varians*, *Palaemon serratus*, *Penaeus kerathurus*), caranguejos (*Uca tangeri*, *Carcinus maenas*) e navalheiras (*Necora puber*).

Destes bancos naturais dependem um considerável número de mariscadores sem viveiro e suas famílias.

A mariscagem nos bancos naturais da Ria Formosa é exercida por mariscadores com licença e por outros que não a possuem.

Os mariscadores licenciados têm a sua atividade regulada, de forma a manter o equilíbrio entre o que a Ria produz e o que lhe é retirado. O número de licenças a atribuir anualmente é limitado e são estabelecidos limites máximos de capturas diárias por espécie.

Os mariscadores ilegais têm um impacto negativo sobre os recursos da Ria, podendo o excesso de capturas levar à redução significativa de algumas espécies.

Cultura de Bivalves

A simples recolha de moluscos bivalves nos bancos naturais evoluiu para o seu cultivo em meados do século passado, quando se instalaram na Ria os primeiros viveiros de amêijoas e mais tarde de ostras, que passaram a operar em áreas da Ria concessionadas pelo Estado. Em 2021 existem cerca de 1300 viveiros licenciados, totalizando uma área de 450 hectares, sendo visíveis, na baixa-mar, as estacas que os delimitam.

O regulamento do Parque Natural da Ria Formosa proíbe a expansão da área de viveiros, pois a sua instalação obriga a “limpar o terreno”, ou seja, o fundo marinho, destruindo a sua biodiversidade.

A Ria Formosa assegura cerca de metade da produção nacional de bivalves, resultando numa das atividades económicas de maior relevo social, a nível local, pelos empregos diretos e indiretos que garante.

Agricultura

A área terrestre do Parque Natural, na margem continental da laguna, dispõe de bons solos agrícolas onde tradicionalmente se instalou o pomar de sequeiro com alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras. Em locais com disponibilidade de rega havia pequenas hortas.

Nos finais do século XX a agricultura na área do Parque caracterizava-se por pequenas explorações agrícolas, sendo os citrinos, os frutos secos, as hortícolas e o olival as culturas dominantes.

A construção da barragem de Odeleite e do sistema de Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio, que na área do Parque Natural se estende desde Cacela até à Fuseta, veio permitir, já no século XXI, a expansão das culturas intensivas de regadio.

As áreas de vocação agrícola do Parque Natural da Ria Formosa, quando beneficiando de água de rega, fornecem elevadas produções, impondo -se por isso uma política que defenda os solos e os aquíferos e que contribua para o desenvolvimento sustentável e a preservação do valor paisagístico da região. Assim sendo, a atividade agrícola deve ser desenvolvida de forma a garantir a manutenção dos habitats naturais e a estrutura da paisagem, respeitando a legislação em vigor e as boas práticas agrícolas.

Turismo

A Ria Formosa tem um enorme potencial turístico e, se numa primeira fase o principal fator de atração eram as suas praias, a este se juntaram a observação de aves, as caminhadas e os passeios de barco, os desportos náuticos e outras atividades de recreio e lazer. Este seu encanto é também a sua maior fragilidade pois a pressão humana exercida sobre o ecossistema lagunar é enorme, principalmente no verão.

4. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Foi considerado que se devem separar as atividades a desenvolver pela Comissão de Cogestão do PNRF das atividades a desenvolver autonomamente por uma (ou mais) das entidades que integram a Comissão de Cogestão, pelo que este Plano de Atividades inclui apenas as ações a desenvolver no âmbito da elaboração do Plano de Cogestão do PNRF. As restantes atividades encontram-se listadas em anexo.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, o plano de cogestão da área protegida “determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia.”

“O plano de cogestão articula-se com o programa especial da respetiva área protegida e consagra a visão e a estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área protegida, podendo considerar, quando adequado e devidamente fundamentado, as zonas envolventes às áreas protegidas e que sejam relevantes para o seu desenvolvimento sustentável.”

“O plano de cogestão consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução e obedece aos seguintes princípios gerais:

- a) Ser um documento mobilizador e consensual entre os parceiros;
- b) Estar suportado numa caracterização e diagnóstico prospetivo da área protegida;
- c) Materializar um conjunto de projetos e ações consideradas prioritárias para valorizar a área protegida;
- d) Definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores;
- e) Definir potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida prevista;
- f) Ser o documento de suporte à elaboração do plano anual de atividades, que deve refletir o grau de desenvolvimento e execução do plano de cogestão;
- g) Articular-se com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial da área protegida.”

Na Tabela III encontram-se discriminadas as diferentes ações a realizar no âmbito da elaboração e aprovação do Plano de Cogestão, enquanto na Tabela IV se apresenta a calendarização e orçamento das atividades

ANEXO
Atividades a desenvolver pelas entidades que integram a
Comissão de Cogestão do PNRF no ano de 2022

Dados os objetivos definidos pelo Decreto Lei n.º116/ 2019, de 21 de agosto, para a CCog, consideram-se três eixos de atuação no que diz respeito às atividades a desenvolver pelas diferentes entidades que integram esta CCog:

- A) Desenvolvimento sustentável e valorização do território;
- B) Comunicação e promoção da identidade da área protegida;
- C) Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave.

A. Desenvolvimento sustentável e valorização do território

1 - Rede de infraestruturas de apoio à visitação

As ações aqui previstas incidem sobre a criação de infraestruturas de apoio à visitação.

As “portas de entrada” correspondem a pontos onde os visitantes podem iniciar a sua visita ao parque natural, tendo ali acesso à informação necessária. Para além do Centro de Educação Ambiental de Marim, que se apresenta como uma destas entradas, pretende-se ainda instalar mais cinco nos postos de turismo das sedes de concelho.

2 - Promoção da compatibilização das atividades económicas com os objetivos de conservação da natureza

A compatibilização das atividades humanas com a manutenção dos valores naturais assume-se como a única forma de gestão possível em territórios fortemente humanizados, como é o caso do PNR. A marca Natural.PT (Natural.pt) visa a promoção integrada do território, dos produtos e dos serviços existentes na Rede Nacional das Áreas Protegidas, e na sua envolvente próxima, e que com elas partilhem valores e princípios de sustentabilidade e valorização da natureza e dos recursos endógenos.

B. Comunicação e Promoção da Identidade da Área Protegida

A divulgação e promoção dos valores do Parque Natural constitui uma das linhas de atuação prioritária das entidades que integram a Comissão de Cogestão. Neste âmbito, serão promovidas diversas ações, nomeadamente de identificação dos principais atributos da AP, elaboração de um plano de comunicação, publicação de materiais e realização de eventos.

C. Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave

Nesta linha de atuação incluem-se as principais ações de envolvimento dos principais atores locais - elaboração do plano de cogestão e a formação e capacitação dos atores chave. Inclui-se ainda a definição de uma estratégia local de educação ambiental.

Tabela A1 - Atividades a desenvolver pelas entidades que integram a Comissão de Cogestão do PNRF no ano de 2022.

Atividades a desenvolver	Unidade de medida	Metas (tolerância)	Responsável pela ação	Outras entidades envolvidas
A. Desenvolvimento Sustentável e Valorização do Território				
1- Rede de infraestruturas de apoio à visitação				
1.1. Criar portas de entrada na AP (CEAM + Postos de Turismo)	n.º	6	ICNF	
1.2. Manutenção e valorização do percurso da Ilha Deserta	n.º1	1	SPEA + ICNF + ANIMARIS	
2- Promoção da compatibilização das atividades económicas com os objetivos de conservação da natureza				
2.1. Promoção da atividade aquícola sustentável (Projeto AQUA&AMBI)			IPMA	
B. Comunicação e Promoção da Identidade da Área Protegida				
1- Conhecer o capital natural e cultural da AP no âmbito da sensibilização e comunicação				

1.1. Levantamento dos principais atributos da AP que releva divulgar	Data de apresentação de relatório	Julho (10 dias)		
1.2. Identificar as necessidades da AP em termos de sensibilização/comunicação exterior e de infraestruturas de apoio à visita (percursos, espaços de merendas, miradouros, etc.)	Data de apresentação de relatório	Julho (10 dias)		
2- Elaboração de materiais promocionais e divulgativos				
2.1. Editar guias temáticos <ul style="list-style-type: none"> • Guia básico de aquacultura em sistema Multi-Trófico Integrado em tanques de terra • Guia básico de Boas Práticas de produção de Ostras • Guia Básico de Boas Práticas para a as empresas Marítimo Turísticas 	N.º de edições 2	31 dezembro (30 dias)	IPMA+APA	
2.2. Reeditar Guia de Visita do CEAM	N.º de exemplares	18.000 (1000)	ICNF	RTA
2.3. Editar vídeos promocionais sobre a AP	N.º de edições	2 (1)		
2.4. Editar guia de visita da AP Edição de brochura " Conhecer o PNR " em 4 idiomas, em papel e online	N.º de exemplares	7500	RTA	
3- Promoção de eventos				
3.1. Criar ciclo de eventos virtuais sobre os valores naturais e culturais da AP	N.º de eventos	5 (2)		

3.2. Comemorar o aniversário da AP (Dia Aberto do PNRF)	N.º de eventos	1 (0)	ICNF e parceiros	RTA, Ualg, IPMA, RAAlg, RIAS, Proactivetour, AGRUPAMENTO CNE 554, Centro Ciência Viva, Geonauta, Formosamar, Lands, Supadventours, Culatratours, SPEA
3.3. Comemorar o Dia Mundial das Zonas Húmidas	N.º de eventos	1 (1)	ICNF	RTA
3.4. Jornadas técnico-científicas	N.º de eventos	1 (0)	UALG	
3.5. Exposição sobre o Camaleão (exposição itinerante elaborada pelo RIAS)	N.º de eventos	1 (em Dezembro) (0)	RIAS+ICNF	Municípios
C. Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave				
1- Promover a gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão				
1.1. Divulgar o modelo de cogestão	N.º de ações de divulgação	10 (5)		Municípios
1.2. Análise SWOT da AP em conjunto com os principais atores chave	Data de apresentação de relatório	agosto (20 dias)		

1.3. Auscultação pública através de questionário online	Data de apresentação de relatório	dezembro (20 dias)		Municípios
2- Promover ações de formação para a capacitação de atores chave sobre a compatibilização das atividades com a conservação da natureza				
2.1 - Dinamização de um programa de formação e capacitação para as Empresas de Turismo da Natureza, entre outros ligados ao Turismo, face a necessidade de adesão ao código de conduta e ao cumprimento das boas nomas de conduta ambiental Ação de capacitação dirigida às empresas de animação turística a operar na área do PNRF - “Ecoturismo e o PNRF”	N.º de participantes	17 participantes (12 maio)	RTA	ICNF/CCMAR/Make it better/ Associação de Moradores da Ilha da Culatra
3- Educação ambiental				
3.1. Semana da Ria Formosa	Abril		ICNF e parceiros	AMAL, APA, Águas do Algarve, Ualg, IPMA, RIAS, Centro Ciência Viva, SPEA, RTA, Municípios de Faro, Olhão, Loulé, Tavira, VRSA, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Almargem, Sciaena, Autoridade Marítima Nacional/Polícia Marítima
3.2. Workshop De Brinquedos Com Materiais Naturais (No Âmbito Da Rede De Museus Do Algarve)	set/outubro		ICNF+CIIP Cacela	DR de Cultura + Municípios
3.3. Culatra -Anos 80	set/outubro		ICNF+AMIC	

3.4. Semana De Educação E Iniciativas De Voluntariado Ambiental	normalmente em outubro		APA +parceria ICNF	
3.5. Parcerias Em Permanência Com A Escola Alberto Iria (Olhão) E João Da Rosa (Olhão), Em Que São Desenvolvidos Projetos Anuais	Todo o ano escolar		ICNF + escolas parceiras	
3.6. Caderno De Oferta De Atividades Do PNRf (Várias Atividades A Desenvolver No CEAM Ou Em Sala De Aula Para Conhecer O Património Natural E Cultural Do PNRf)	Todo o ano escolar		ICNF	
3.7. Oferta De Visitas Guiadas A Associações, E A Universidades E Outros Estabelecimentos De Ensino.	Todo o ano (exceto julho e agosto)			
3.8 Participação No Programa Ciência Viva No Verão	Agosto e Setembro		Centros de Ciência Viva + ICNF + IPMA (EEMT)	

Tabela A2 - Calendarização e orçamento das atividades a desenvolver pelas entidades que integram a Comissão de Cogestão do PNRf no ano de 2022.

Atividades a desenvolver	2022												Orçamento	Financiamento	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
A) Desenvolvimento Sustentável e Valorização do Território															
1- Rede de infraestruturas de apoio à visitação															
1.1. Criar portas de entrada na AP															Prog. Regenerar Turismo - linha reg. Territórios (50%)
1.2. Manutenção e valorização do percurso da Ilha Deserta															
2- Promoção da compatibilização das atividades económicas com os objetivos de conservação da natureza															
2.1 - Promoção da atividade aquícola sustentável															
B) Comunicação e Promoção da Identidade da Área Protegida	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			

